

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia**  
**Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa**

**ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO  
SEGUNDA LÍNGUA PARA O ALUNO SURDO: UM MAPEAMENTO  
SISTEMÁTICO DE LITERATURA**

**Marta Augusta da Silva Nascimento**

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré

**Recife**

**2023**

# ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA O ALUNO SURDO: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA

*Marta Augusta da Silva Nascimento (1ª autor/estudante autor do TCC)*  
*Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE*  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
marta.a.nascimento@hotmail.com

*Julia Maria Raposo Gonçalves de Melo Larré (2ª autor/professora orientadora do TCC)*  
*Licenciatura em Letras UAEADTec/UFRPE*  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
julia.larre@ufrpe.br

**RESUMO.** Este artigo apresenta os resultados de um Mapeamento Sistemático de Literatura, que identificou documentos científicos escritos em língua portuguesa relacionados com o tema: estratégias para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para o aluno surdo. Deste modo, definimos critérios de busca e pesquisa, assim como os de inclusão e exclusão, de acordo com a temática. Então, realizamos um mapeamento de documentos científicos em dois repositórios digitais de significativa relevância: Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD – Brasil), SciELO – Brasil (Scientific Electronic Library Online). Como resultado, obtivemos um quantitativo pequeno de documentos, totalizando 07 apontamentos, que trazem a temática, e que nos subsidiaram neste processo de construção documental de mapeamento. A pouca quantidade de documentos publicados, relevantes à temática nos últimos anos (2018-2023, nos permitiram observar as lacunas nesta área, que poderão ser exploradas, a fim de trazer uma maior interação e inclusão do aprendiz surdo, tanto na vida estudantil, quanto social, bem como auxiliar a construção de uma prática docente integral e coerente com as habilidades e aptidões de todos os discentes.

**Palavras-chave:** Estratégias de escrita. Língua Portuguesa. Aluno Surdo.

## 1. Introdução

Este trabalho nasce das inquietações de uma professora quanto à aprendizagem da pessoa surda, da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, visto que a mesma é importantíssima na garantia de direito à comunicação com o mundo ouvinte, e primeira língua de nosso país. Assim, é de suma relevância fazer uma “fotografia” de pesquisas que trazem estratégias de ensino da escrita da Língua Portuguesa para a pessoa surda, a fim de ampliar as possibilidades de atuação e colaboração neste campo da aprendizagem da pessoa surda, e, conseqüentemente, da Educação Inclusiva, que traga sentido e acessibilidade à todos.

Em minha jornada como profissional da educação, trabalhei os mais diversos aspectos da aprendizagem. Especificamente na Educação Inclusiva, estive em contato com diversos alunos surdos, que me impulsionam a refletir como a aprendizagem acontece, no campo da Língua Portuguesa, na modalidade escrita para os mesmos, uma vez que conheço de perto suas dificuldades na assimilação e apropriação da LP, bem como nas abordagens metodológicas por parte dos profissionais que atuam na área. Assim, de modo que também possa contribuir para a formação de professores e profissionais que venham a atuar na área e com cada aluno surdo que encontre, ou não, ao longo da minha trajetória, decidi realizar esta investigação.

Como objetivo para esse trabalho de conclusão de curso (TCC), temos a realização do Mapeamento Sistemático de Literatura para investigação das estratégias de ensino de escrita da Língua Portuguesa (LP), como segunda língua, para o aluno surdo, dentro de dois dos mais conceituados repositórios acadêmicos, a fim de compreender como esta acontece no contexto escolar brasileiro, de modo a subsidiar estudos e práticas presentes e futuros, contribuindo com a inserção, do aprendiz surdo, em todas as esferas da sociedade e da aprendizagem formativa para a vida.

Sabemos que a língua de sinais para o aluno surdo é de suma importância e de vital necessidade ao mesmo, desde a mais tenra idade. Isto é um fato inegociável e concreto que traz à tona necessidade e obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, ao aluno e pessoa surda de nosso país, Assim como a singularidade da mesma para o indivíduo surdo em sua formação educacional, histórica e social. E uma vez que o mesmo tem este direito assegurado por meio da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu parágrafo único, nos diz que:

[...] Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. [...] Lei 10436/02- LEI DE LIBRAS.

Deste modo, pode-se perceber o quanto esta língua torna-se fundamental na vida de cada pessoa e estudante surdo. Mas, a atenção, neste projeto, vem para outro ponto a ser destacado nesta mesma lei, que em seu Parágrafo único, afirma que a Língua Brasileira de Sinais – Libras - não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, o que chama atenção porque muitos surdos, fazem uso em algum momento, de suas vidas, da LP, em sua modalidade escrita e, nem sempre apresentam domínio sobre ela, que é a segunda língua para eles, e a primeira, de nosso país. Ou seja, ter contato e segurança no seu uso, é garantia de direitos e efetiva forma de comunicação bilíngue. Onde a possibilidade de plena interação entre o português oral e sua tradução para a Libras é assegurada e permitida, mas o português escrito se mantém, sendo relevante e necessário, como nos traz Pereira (2011a), ao afirmar que é nas vivências das práticas sociais que envolvem a escrita, que o surdo constrói o conhecimento, sozinho ou por meio de parcerias e mediações com os professores e colegas, de modo que ensino da gramática vai se dar quando os alunos estiverem usando a língua (PEREIRA, 2010).

Esse interesse, atrelado à contextualização, traz sentido ao aprendizado, corroborando para uma aprendizagem significativa. Segundo Ronice Quadros (1997):

É fundamental criar o interesse nos alunos pela segunda língua. A leitura e escrita deve ultrapassar o âmbito da sala de aula e ser significativa para vida. As dimensões dessa segunda língua são amplas e isso deve servir de motivação para os alunos. Eles podem conversar sobre o que leram, podem telefonar para o colega, podem se conectar via Internet através da leitura e escrita. Isso deve ser explorado pelo professor. O prazer e a satisfação servirão para despertar o significado do aluno (QUADROS, 1997, p. 99).

Nesse contexto, acreditamos que, com estratégias adequadas, todo aluno surdo tem a possibilidade de construir conhecimento e utilizar, com adequação aos diversos contextos e práticas sociais, a Língua Portuguesa, tão necessária ao seu desenvolvimento e

comunicação interpessoal, que vai desde transmitir, receber e interpretar mensagens verbais ou não-verbais com clareza .

O principal objetivo deste trabalho é encontrar documentos científicos (artigos, teses e dissertações) que proponham pesquisas acerca de estratégias de ensino da escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para o aluno surdo, através da realização de uma breve pesquisa bibliográfica que organize os documentos publicados em dois repositórios abertos digitais nos últimos cinco anos e que contemplem a temática, ajudando-nos, assim, a identificar os eixos temáticos abordados e as metodologias de cada uma das investigações encontradas neste levantamento.

A motivação para esta pesquisa é a possibilidade de fornecer subsídios para que o professor de LP tenha mais elementos estratégicos contribuindo para sua prática pedagógica com estudantes surdos de forma comprometida com o crescimento e a aprendizagem significativa. Por fim, faremos a apresentação de uma descrição e análise do levantamento documental realizado, com um quadro das estratégias de ensino de escrita da LP encontradas nestes documentos.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDANTE SURDO**

Ao longo da História, a pessoa surda tem passado por inúmeras situações que a desafiam, em todos os campos, especialmente, quando o quesito é educação e no tocante à sua aprendizagem. Após séculos de segregação e exclusão, com pessoas sendo invisibilizadas, sem nenhum direito ou possibilidade, passando pelos piores tipos de situações, a História da Educação dos Surdos vai sendo construída, não sem superar desafios, os mais diversos, como o de que sua capacidade estava aquém da que possui os ouvintes, sendo marcada “por lutas e conquistas, sendo a mais importante delas, a superação do paradigma de incapacidade da pessoa surda

evidenciando que por meio de sua língua adquire o conhecimento científico, tornando-se um cidadão ativo na sociedade” (CANTELLE, 2014, p. 1). Paradigmas, que por falta de conhecimento, muitas vezes, ainda perpassam gerações. Assim, para uma melhor compreensão, faremos um breve resgate da História, a fim de melhor compreender como chegamos ao contexto atual.

Desde o princípio histórico, as pessoas com deficiência estiveram fora da perspectiva da vivência social, bem como do sistema educacional. Elas eram parte de uma parcela da sociedade considerada sem potencial ou possibilidade de aprendizagem e convivência comum, de modo que os surdos “durante os diversos períodos da história foram colocados à margem do mundo econômico, social, cultural, educacional e político; sendo considerados como deficientes e incapazes consequentemente desapropriados de seus direitos e da possibilidade de escolhas” (MESERLIAN; VITALIANO, 2009 p. 1). Essa visão perdurou por muito tempo, até que o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), desenvolveu a primeira experiência educacional para o surdo, de modo que foi reconhecido como o primeiro professor de surdos, ao desenvolver um alfabeto manual que auxiliava os mesmos a soletrar as palavras.

A experiência dele trouxe outras, mas, a ideia era ensinar o surdo a falar e/ou se comunicar por meio da escrita. até que no século XVIII o abade Charles Michel de L'Épée (1712- 1789), destacou-se, por utilizar a língua gestual para ensinar à escrita. Criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, que foi a primeira escola para deficientes auditivos no mundo (ANDRADE, 2013). Porém, o Congresso de Milão, e 1880, pôs fim a esta prática, uma vez que ficou decidida a exclusão de língua gestual e a imposição do ensino da fala. Até que, no final do século XIX até a metade do século XX três filosofias aplicadas à educação dos surdos, tornam-se marcantes, tais como: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo (LACERDA, 1998), sendo esta última, muito importante por resgatar o direito de expressão das pessoas surdas.

Mais tarde, compreendendo a necessidade e o desejo de preparar o sujeito para a convivência em ambiente integrado, com crianças de faixa etária equivalente,

fazendo parte do ensino regular, cresce, e toma forma nasce, na década de 1990, com o movimento pela inclusão, onde a Declaração de Jomtien<sup>1</sup> (UNESCO) ou Conferência Mundial de Educação para Todos, no qual o Brasil entre outras nações participaram, é a primeira a incluir as pessoas com deficiências e a tratar de seus direitos. Mais tarde, em 1994, a Declaração de Salamanca<sup>2</sup>, vem ajustar pontos que a anterior não contemplava, pois é a primeira a considerar a questão linguística dos deficientes sensoriais, especificamente dos surdos e dos surdos-cegos, o que foi um fator decisivo e primordial para a construção de um ambiente mais acolhedor ao sujeito surdo. Então, em 1999, foi elaborada mais uma diretriz em favor dos direitos das pessoas com deficiência: a Declaração de Guatemala<sup>3</sup> ou Convenção Interamericana, documento que tinha como objetivo a eliminação de todas as formas de preconceito contra as pessoas portadoras de deficiência e foi mais um marco dentro da perspectiva da educação inclusiva, que preconiza que toda pessoa tenha direito de estar integrada com o meio social em que vive. Deste modo, em 8 de Outubro de 2001, por meio do Decreto de nº 3956, o Brasil assina esta Convenção, se comprometendo a eliminar qualquer discriminação contra a pessoa com deficiência, regulamentando ou ajustando qualquer artigo pertencente à esta convenção..

---

<sup>1</sup> Por iniciativa do Unicef realizou-se em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, cujo subtítulo foi “Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”. O conceito central desta proposta – que culminou com a “Declaração Mundial de Educação para Todos” e o “Campo de ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem” - é o de NEBA, cuja satisfação mediante a educação básica conduziria as propostas de Desenvolvimento Humano dos Organismos Internacionais

<sup>2</sup> A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

<sup>3</sup> Declaração de Guatemala ou Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Preconceito contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Foi aprovada pelo Conselho Permanente e realizada em 26 de maio de 1999 na cidade de Guatemala em Guatemala (país) e aberta à assinatura em 8 de junho de 1999 para todos os Estados na sede da Organização dos Estados Americanos até sua entrada em vigor. 1

Então, a legislação brasileira passa a contemplar o aluno surdo por meio de uma proposta bilíngue, onde o mesmo aprenda primeiro sua língua materna (LIBRAS, no caso do Brasil), para só então aprender a língua oficial do seu país, neste caso, o português, na forma escrita. Deste modo, com a Lei 10.436 de 2002, o Brasil passa a reconhecer a LIBRAS como segunda Língua oficial do país, trazendo os seguintes pontos:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Assim, com este reconhecimento da Libras, como meio de comunicação e expressão da pessoa surda, bem como sua obrigatoriedade, também para a formação dos professores, por meio do Decreto 5626/2005, artigo 3º, que passa a tratar LIBRAS como disciplina curricular obrigatória para estes cursos, a Libras passa a ser difundida no país. Isso traz ampliação de acesso à mesma, trazendo adesão e simpatizantes, que atuam como multiplicadores desta.

Assim, todas as esferas passam a organizar-se para esta nova realidade: documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, em seu Artigo 54, inciso II, que afirma ser dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990), bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, no Artigo 58, que traz a possibilidade de oferta de serviços especializados, de acordo com as necessidades. Então, entra em vigor a Lei nº 12.319/2010, que trata sobre a regulamentação da profissão do tradutor e intérprete de LIBRAS, profissional que traz

acessibilidade ao aluno surdo nas instituições educativas, que ampliam seus serviços com a criação das Salas de Recursos Multifuncionais<sup>4</sup>.

Deste modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (BRASIL, 2008, p. 10), viabilizando garantia de direitos e possibilidade de verdadeira inclusão do aluno surdo ao ambiente escolar.

## **2.2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ESTUDANTE SURDO NO BRASIL**

Educadores e pesquisadores sempre estiveram preocupados quanto ao ensino da Língua Portuguesa ao aluno surdo, no Brasil o estudante surdo tem acesso à educação, hoje, de uma forma mais ampla, mas, esta não foi uma realidade desde sempre. Por volta da década de 80, após insatisfações trazidas pelo oralismo, e pesquisas que comprovaram a eficácia da língua de sinais, nasceu um método que ficou conhecido como Comunicação Total, que consistia em usar os sinais como mais um recurso para possibilitar a percepção e uso da língua oral, onde a recepção da linguagem se dá por meio da leitura orofacial, da amplificação, dos sinais e do alfabeto digital, onde a produção se faz por meio da fala, dos sinais e do alfabeto digital (MOORES, 1996). Mas, após críticas e reivindicações dos surdos de ter uma língua e identidade reconhecidas, surge o Bilinguismo, que defende o uso das duas línguas e passa a ser garantida pelo Decreto no 5.626, de dezembro de 2005.

---

<sup>4</sup> São salas que visam organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE.

Profissionais capacitados, passam a ser exigidos para esse fim, de modo que, o aluno surdo tenha total possibilidade de aprendizado, mas, nem sempre isso é algo que acontece, como afirmam Lodi e Lacerda:

A maior parte dos surdos no Brasil não tem podido ter acesso a uma escolarização que atente para as suas necessidades linguísticas, [...] parte dos surdos encontra-se em classes/escolas especiais que atuam em uma perspectiva oralista [...] as quais pretendem que os alunos surdos se comportem como ouvintes, lendo nos lábios e escrevendo em língua portuguesa. (LODI e LACERDA, 2009, p.14)

Embora, muito tenhamos avançado, desde essa afirmação, ainda há locais onde esta situação é recorrente. Sendo um atraso para o progresso educacional de muitos estudantes. Mas, a realidade brasileira traz grandes esperanças, pois, quando as duas línguas passam a coexistir no ambiente escolar, a Libras atua como língua de instrução, podendo ser utilizada para o ensino de todas as disciplinas, incluindo a portuguesa, devendo ser, também, disciplina. No que diz respeito ao currículo, Quadros (2005) destaca que ele deve ser organizado em uma perspectiva visual-espacial (com imagens, figuras, fotos, filmes etc.) para garantir o acesso dos estudantes surdos ao conteúdo escolar, onde os conhecimentos obtidos com a Libras servem de base para a aprendizagem dos conteúdos da Língua Portuguesa. Deste modo o aprendizado só será elaborado, quando os alunos tiverem acesso ao texto escrito, podendo entender os mecanismos da língua portuguesa e assim, elaborar suas hipóteses sobre escrita.

Para que toda essa prática seja, de fato, realidade, é necessário que os educadores tenham domínio das duas línguas e do modo peculiar de funcionamento de cada uma delas em seus diferentes usos sociais, para possibilitar o acesso dos surdos aos conhecimentos de mundo em ambas as línguas (LACERDA; LODI, 2009). De modo que, com domínio e habilidade metodológica de transmissão, o profissional permita que o aprendiz surdo seja autor de sua história e possa exercer sua cidadania com plenitude, como afirma (SLOMSKI, 2012, p. 72):

Dominando a habilidade de compreender e sinalizar fluentemente sua língua de sinais e a de ler e escrever fluentemente o idioma do país ou cultura em que vive, a pessoa surda conseguirá alcançar níveis mais elevados de ensino, podendo, assim, exercer plenamente sua cidadania.

Uma vez assumida essa cidadania, nada pode fazê-lo recuar, pois o mesmo estará sempre em busca de aprendizagens maiores como ocorre quando são utilizadas propostas metodológicas que dão ênfase ao texto, colocando-o como base para o ensino da LP, na modalidade escrita para o aluno surdo, estabelecendo uma relação interacionista entre as línguas de instrução e não somente para a decodificação de palavras, conforme traz Pereira (2014, p. 149):

O objetivo no ensino da Língua Portuguesa para os alunos surdos, como para os alunos ouvintes, deve ser habilidade de produzir textos e não palavras e frases, daí a importância de se trabalhar muito bem o texto, inicialmente na Língua Brasileira de Sinais. Para isso cabe ao professor traduzir os textos ou partes deles para a língua de sinais e vice-versa, bem como explicar e esclarecer aspectos sobre a construção dos textos.

Há uma relação dialógica entre as línguas onde o Bilinguismo é a mais coerente proposta de ensino, por ajustar as duas línguas em um método que contempla os elementos visuais e gramaticais, de forma harmônica, de modo a propiciar uma aprendizagem significativa que compreende que não se aplica o mesmo método de ensino de Língua Portuguesa para estudantes surdos e ouvintes.

## **2. METODOLOGIA**

Optamos por um MSL, a fim de observar a problemática em estudo, que tem como objetivo principal realizar a sistematização de documentos acadêmicos referentes aos últimos cinco anos (2018 a 2022) e presentes em dois grandes repositórios acadêmicos digitais que são: Brasil Scientific Electronic Library Online (SciELO - Brasil) e Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD- Brasil), que tratam das estratégias para ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, ao aluno surdo, no Brasil.

Para esta investigação foi adotado o processo de Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), que consiste em uma organização de estudos existentes acerca de uma temática específica e que tem como objetivo identificar lacunas referentes a investigações de uma determinada área, que possibilitam ampliação de horizontes

sobre o tema possibilitando, assim, a apropriação e ampliação dos conhecimentos sobre o tema selecionado para pesquisa.

Estabelecemos neste mapeamento as seguintes etapas:

- A. Definição de questões de pesquisas e string de busca;
- B. Triagem dos documentos a partir de seu título, resumo e palavras-chave;
- C. Definição dos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos primários; e
- D. Extração de dados e mapeamento em si.

Criamos uma string de busca (“LÍNGUA PORTUGUESA + SURDOS + ESTRATÉGIAS DE ESCRITA”) que foi formada por termos específicos para entender quais e como as estratégias de ensino de escrita de língua portuguesa como segunda língua para o aluno surdo estão sendo desenvolvidas no Brasil.

### **3.1 MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA**

O Mapeamento Sistemático de Literatura, ou simplesmente MSL, conforme definição de autores conceituados, trata-se um método que auxilia no processo de construção de um esquema de classificação e estruturação de um tema a ser pesquisado, onde a análise dos resultados é centrada na frequência de publicações da categoria estudada, podendo determinar a cobertura do campo de pesquisa.

### **3.2 DEFINIÇÃO DAS PERGUNTAS DE PESQUISA PARA O MAPEAMENTO SISTEMÁTICO**

Para orientar esse mapeamento, propomos questões de pesquisa (OP). As PPs mencionadas são:

PP 1. Qual é o estado atual da pesquisa em estratégias de escrita em língua portuguesa para surdos?

PP 2. Quais são as principais estratégias de escrita em língua portuguesa que têm sido exploradas em estudos envolvendo surdos?

PP 3. Quais são os resultados e tendências predominantes nas pesquisas sobre estratégias de escrita para surdos em língua portuguesa?

PP 4. Quais as lacunas na pesquisa existente que precisam ser preenchidas?

### **3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO**

Como critérios para inclusão de materiais para embasamento deste trabalho, tivemos documentos acadêmicos (teses, dissertações e artigos), e utilizamos a temática abordada em nosso trabalho, os anos de publicação dos mesmos, que no caso específico foram, nos últimos 05 anos, entre 2018 e 2023, e definimos que os documentos estejam escritos em língua portuguesa, sendo voltados para o ensino fundamental II e Ensino Médio.

Já dentro dos critérios para a exclusão, definimos que não utilizaríamos documentos antigos, ou anteriores à 2018, que tratavam de Educação Infantil ou Fundamental I, assim como os que não fossem escritos em Língua Portuguesa e os estudos que não se encaixam nos objetivos.

No total, dos documentos que estiveram em análise para inclusão ou exclusão, dispomos de 105 (cento e cinco), dos quais 103 (cento e três) no BDTD, e 02 (dois) no SCIELO, que serviram de base para a construção deste documento.

Aplicados os critérios de exclusão, acima citados, bem como após realização das leituras e análises cuidadosas dos resumos, identificamos 07 (sete) documentos aos quais nos atentamos mais detalhadamente na análise dos dados.

### **3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Para a análise dos dados, propomos um detalhamento dos documentos encontrados, a fim de que possam ser analisados a partir das QP definidas para eles. Assim, para os dados relacionados com o string de busca proposto “LÍNGUA PORTUGUESA + SURDOS + ESTRATÉGIAS DE ESCRITA” planejamos, realizar uma breve explanação, na seção seguinte, de cada um dos documentos encontrados na MSL,

essas informações são de suma importantes, pois, podem nos dá uma dimensão sobre o que vem sendo estudado nos últimos anos, no Brasil, sobre a temática de interesse de nossa investigação e pesquisa.

### **3.1 Para String de busca “LÍNGUA PORTUGUESA + SURDOS + ESTRATÉGIAS DE ESCRITA”**

Nesta etapa de nosso artigo,propomos a identificação de termos-chave e principais assuntos abordados nos documentos encontrados no MSL, bem como faremos a explanação respondendo às nossas quatro questões de pesquisa (QP<sup>1</sup>, QP<sup>2</sup>, QP<sup>3</sup> e QP<sup>4</sup>), que estão presentes na seção de Metodologia.

#### **3.1.1 Documento: “A perspectiva inclusiva no ensino de língua portuguesa como L2 para discentes surdos”, de Maria Zilda Medeiros da Silva (2022).**

Tratando da perspectiva inclusiva, do ensino da Língua Portuguesa, como L2, ao aprendiz surdo, o documento traz uma entrevista pelo Google Forms, onde se buscou investigar quais as dificuldades que os professores apresentam para lecionarem a LP como L2, para o aluno surdo, bem como desenvolver um manual de orientação para que ela ocorra, bem como pontuar estratégias metodológicas e ferramentas utilizadas para o desenvolvimento da Língua portuguesa como L2 para o aluno surdo; Assim, a autora traz que para o desenvolvimento do aluno surdo, no quesito da Língua Portuguesa escrita, como L2, deve partir das formações específicas, bem como sempre que possível, fazendo uso do visual, a fim de que sejam fixadas, as duas línguas.

#### **3.1.2 Documento: “Língua portuguesa e a expressão escrita de surdos”, de Eni Catarina da Silva (2021)**

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a expressão escrita do surdo, onde há a apropriação por meio da interlíngua que se dá por etapas, no qual o ponto de partida é a Libras e o ponto de chegada é a escrita da LP. De modo que, numa abordagem qualitativa, que privilegia a maturidade do aprendiz, bem como da aquisição significativa da L1, se fazendo necessário a presença de profissionais bilíngues e do tradutor/intérprete de LS nos ambientes educacionais, para que o surdo tenha acesso integral e efetivo a todas as metodologias de aprendizado.

3.1.3 Documento: **“Estratégias de escrita da Língua Portuguesa usadas por estudantes surdos jovens e adultos”** de Reginaldo de Oliveira Coelho (2020).

A pesquisa tratou da identificação, descrição e problematização das principais estratégias usadas por alunos surdos, jovens e adultos, no curso de extensão, onde coloca-se a língua de sinais, como língua de acesso, onde alunos surdos, com diferentes graus de escolaridade, perda auditiva e fluência em Libras, foram entrevistados e nota-se que os mesmos utilizam-se de diferentes estratégias para lidar com a escrita de textos, que são definidas em três grandes grupos que são: Estratégias Letradas; Estratégias Linguística/Cultural Surda; e Estratégias Afetivas. Assim melhor detalhadas em 10 tipos, como: estratégia de repetição de palavras ou cópias, estratégia de tentativa e erro, estratégia de memória visual, de memória sonora, de memória datilológica, bem como a de mútuo auxílio. estratégia de uso da língua de sinais, estratégia de hipóteses gramaticais, de recursos multimodais, Estratégia de Busca de Recursos nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), todas detalhadas significativamente.

E dentro de cada uma das estratégias apresentadas, um ponto destacado no trabalho, chama a atenção: a afetividade, onde muitos demonstram marcas trazidas ao longo da vida estudantil, nem sempre positivas, mas, que ajudam na construção da autoestima e, por meio da prática, construir sua aprendizagem de forma significativa.

3.1.4 Documento: **“ O ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para estudantes surdos em uma instituição especializada” de Roberto Antonio Alves (2022)**

O estudo se deu por conta de uma observação de que muitos alunos surdos chegam à idade adulta com dificuldades na leitura e escrita da LP, sendo assim considerados equivocadamente com atraso cognitivo e essa dificuldade deu impulso à pesquisa, que buscou como objetivo, analisar e descrever as metodologias utilizadas para que o aluno possa aprender, deixando claro quanto precisam serem revistas, as estratégias e metodologias de ensino de LP como L2, visto que como a organização do currículo como se dá, hoje, ainda não há como atingir este fim proposto.

Além das adaptações necessárias, o autor ressalta que, muitos outros aspectos precisam ser superados, a fim de que os estudantes surdos participem de sua comunidade, bem como possam construir sua identidade e assim interagir de forma ativa de crítica em seu meio.

Assim, se ressalta a importância das discussões para referenciar as práticas desenvolvidas pelos professores e pelas instituições, Práticas estas que, se realizadas de forma didática trarão sentido e uma participação com mais autonomia e protagonismo ao aprendiz surdo.

### 3.1.5 Documento: **“A expressão do sujeito surdo por meio da escrita em língua portuguesa”**, de Christianne Thatiana Ramos de Souza (2019)

Este estudo teve como objetivo investigar a expressão do sujeito surdo por meio da escrita em língua portuguesa, como segunda língua, por meio da análise do processo de apropriação das normas da Língua Portuguesa, do mesmo, amparado pela língua de sinais, onde o contato é apontado como chave para a apropriação da L2.

A autora enfatiza que, o aluno faz uso da escrita para expressar conteúdos afetivos e vivências emocionais experienciadas a partir de sua relação com o meio, por meio de textos que trazem temáticas como: Escrita como meio de elaboração sobre a surdez, Escrita como meio de elaboração sobre desejos e emoções, Escrita como meio de elaboração sobre valores e normas sociais.

Percebeu-se, neste trabalho, que a apropriação ocorreu por meio da língua de sinais e de práticas de ensino que favoreceram a elaboração dos significados acerca da estrutura formal da língua portuguesa escrita pelos estudantes surdos, numa abordagem que observou os pressupostos vigotskianos sobre linguagem e constituição do sujeito, havendo um processo de significação conceitual, expressadas por meio de textos e diários analisados, onde pesquisa mostra como práticas pedagógicas adequadas podem levar estudantes surdos a um domínio consistente da escrita, atingindo, por meio da apropriação da escrita, níveis mais complexos de raciocínio, que valorize singularidades.

### 3.1.6 Documento: **“Ouvindo sinais: ensino de língua portuguesa escrita para surdos e seus desafios”**, de Hector Renan da Silveira Calixto (2018)

O presente documento trata dos desafios do ensino da Língua Portuguesa para o aluno surdo, por meio da compreensão de como acontece a atuação dos profissionais de LP, no ensino da modalidade escrita ao aluno surdo, registrando narrativas de profissionais, que, por vezes, não recebem a formação inicial necessária para atuação nesta modalidade de ensino, mas, que são colocados à prova, onde a ação docente acontece por meio de três dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, considerando todos os integrantes da ação docente, que compõem a aprendizagem significativa.

3.1.7 Documento: **“A categoria determinante na aquisição de português (L2) escrito por surdos”**, de Fani Costa de Abreu (2020).

Esta dissertação de mestrado, trouxe uma abordagem mais peculiar da língua, em sua apresentação, ao afirmar que o que pode contribuir para a aquisição de L2 são as representações mentais previamente existentes, os princípios, e às experiências linguísticas prévias trazidas pelo falante, que são os parâmetros da L1. Levando em consideração tempo, motivação e ambiente são fatores também determinantes do processo e que nem todos alcançarão, sofrendo um processo de fossilização.

Ele prevê que a linguagem interage com módulos mentais relacionados à cognição humana, que implicam em fatores instrucionais, numa amostra do desenvolvimento do aprendiz surdo considerando a ocorrência uso dos nominais nus em oposição ao artigo definido, bem como do indefinido, assim estabelecendo uma relação entre o que se tem acesso e a Gramática Universal, a fim de se abrir a possibilidade da aquisição da língua oral por meio da modalidade escrita.

A seguir, apresentamos um quadro-síntese com dados bibliográficos dos documentos utilizados nesta pesquisa e descritos anteriormente, no qual constam: título, autor, ano de publicação e em qual repositório foram encontrados.

#### Quadro 1

##### *Síntese dos documentos levantados no MSL*

Nº do documento	Título do documento	Autor	Ano de publicação	Repositório
-----------------	---------------------	-------	-------------------	-------------

01	A perspectiva inclusiva no ensino de língua portuguesa como L2 para discentes surdos	Maria Zilda Medeiros da Silva	2022	BDTD
02	Língua portuguesa e a expressão escrita de surdos	Eni Catarina da Silva	2021	BDTD
03	Estratégias de escrita da Língua Portuguesa usadas por estudantes surdos jovens e adultos	Reginaldo de Oliveira Coelho	2020	BDTD
04	O ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para estudantes surdos em uma instituição especializada	Roberto Antonio Alves	2022	BDTD
05	A expressão do sujeito surdo por meio da escrita em língua portuguesa	Christianne Thatiana Ramos de Souza	2019	BDTD
06	Ouvindo sinais: ensino de língua portuguesa escrita para surdos e seus desafios	Hector Renan da Silveira Calixto	2018	BDTD
07	A categoria determinante na aquisição de português (L2) escrito por surdos	Fani Costa de Abreu	2020	BDTD

Quadro elaborado pelas autoras

Após o exposto é possível observar o quanto as publicações referentes à temática das estratégias de ensino de LP para o aluno surdo são escassas e carentes de pesquisas em diferentes âmbitos.

Dentre os sete documentos resultantes da pesquisa e mapeamento, pudemos observar que todos eles apontam para a necessidade de uma abordagem metodológica específica para atuação com o aprendiz surdo respeitando suas especificidades e saberes a fim de chegar em estratégias que, de fato contribuam para a aprendizagem deste da Língua Portuguesa, como segunda língua, todos por diferentes abordagens. Mas, um deles, apenas, é mais enfático e claro em quais

estratégias seriam essas, possíveis de propiciar este aprendizado, deixando lacunas que podem e devem ser exploradas a fim de propiciar mais pesquisas e trabalhos na área, auxiliando no processo de construção de uma base educacional que contemple diferentes realidades e necessidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este presente artigo tem como objetivo principal, investigar as estratégias de ensino de LP, na modalidade escrita, para o aluno surdo, por meio de uma MSL, realizada em dois repositórios digitais científicos, que trazem abordagem desta temática, em documentos publicados ao longo dos últimos cinco anos, e que serviram e servirão de aporte para futuras pesquisas referentes à área.

Em linhas gerais, foi possível perceber que os estudos estavam mais relacionados à legislação e à obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, ao aprendiz surdo, do que efetivamente às estratégias de concretização deste ensino. O que, não diminui a relevância dos mesmos, muito pelo contrário, uma vez que dentre eles, muitas experiências relatadas, trouxeram sentido e abertura de horizontes para que novos caminhos metodológicos para o ensino da L2, para estudantes surdos brasileiros, da contemporaneidade, sejam colocados em prática.

De forma breve podemos apresentar algumas possibilidades, trazidas pelos documentos encontrados na MSL, de estratégias para o ensino da LP, como segunda língua, na modalidade escrita, ao estudante surdo, no Brasil, tais como:

- Formação específica aos profissionais de Língua Portuguesa, que se propõem a atuarem na área de forma inclusiva e acessível;
- Aprendizagem por etapas, com a qualificação profissional do educador; o uso de metodologias adequadas no que se refere ao ensino da LP ao aluno surdo; o rompimento de estigmas e preconceitos existentes na relação da escrita desses alunos; a adoção da valorização do texto e não das palavras isoladas, da compreensão na leitura e não apenas da decodificação sem sentido;

- Estratégias Letradas, Estratégias Linguística/Cultural Surda e Estratégias Afetivas;
- Discussões coletivas, com proposições que trarão autonomia e protagonismo dos mesmos, na vida social;
- Valorização das escritas das vivências afetivas, que, por meio da escrita, farão sentido ao aprendiz e contribuirão de forma positiva com a sua formação ;
- Consideração da ação docente, por meio dos registros de narrativas dos mesmos, e observação das três dimensões: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, por meio das quais esta atividade docente acontece.
- Consideração das construções mentais, individuais, da acessibilidade à Gramática Universal, bem como a contribuição delas para a aprendizagem coletiva, e significativa.
- estímulo a investigações (iniciação científica, mestrado, doutorado, especialização) que vislumbram estratégias de ensino específicas para o aluno surdo da LP, na modalidade escrita;
- Necessidade de mapeamento mais abrangente sobre a temática abordada neste presente estudo, como aparato metodológico para futuras formações e atuações docentes.

Assim, consideramos que ações coletivas e formativas, no sentido de preparar profissionais para uma atuação inclusiva e eficiente, no que tange ao ensino da LP, ao aprendiz surdo, trarão novo gás e estudos mais consistentes referentes à incorporação de novas e seguras estratégias educativas que beneficiarão não somente os aprendizes surdos, mas, a educação de modo geral, bem como os profissionais que nela atuem, trazendo significativos impactos para toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah. **A educação geográfica de estudantes surdos em uma escola polo da Grande Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 13 de novembro de 2013.

CANELLE, G. . **A Inclusão de Alunos Surdos: Revisando Legislação e Conceitos.** Revista Científica Eficaz Educação online, Maringá, 10 fev. 2014.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artme, 1997.

PEREIRA, M. C. C. **A constituição de sentidos na leitura e na escrita por alunos surdos.** In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2010, p. 325-332.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Curitiba, n.2/2014, p. 143-157. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000600011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000600011&script=sci_abstract&tlng=pt)

SLOMSKI, V. G. Educação Bilíngue para Surdos: Concepções e implicações práticas. 2ª ed. (2012), 2ª reimpr./ Curitiba: Juará, 2012.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Casa Civil: Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436).> Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2023

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12319, de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Brasília, DF. Disponível em: . Acesso em: 15 out.2023.

BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência).** Brasília, DF, Disponível em: . Acesso em: 20 de out.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 26 out. 2023.